



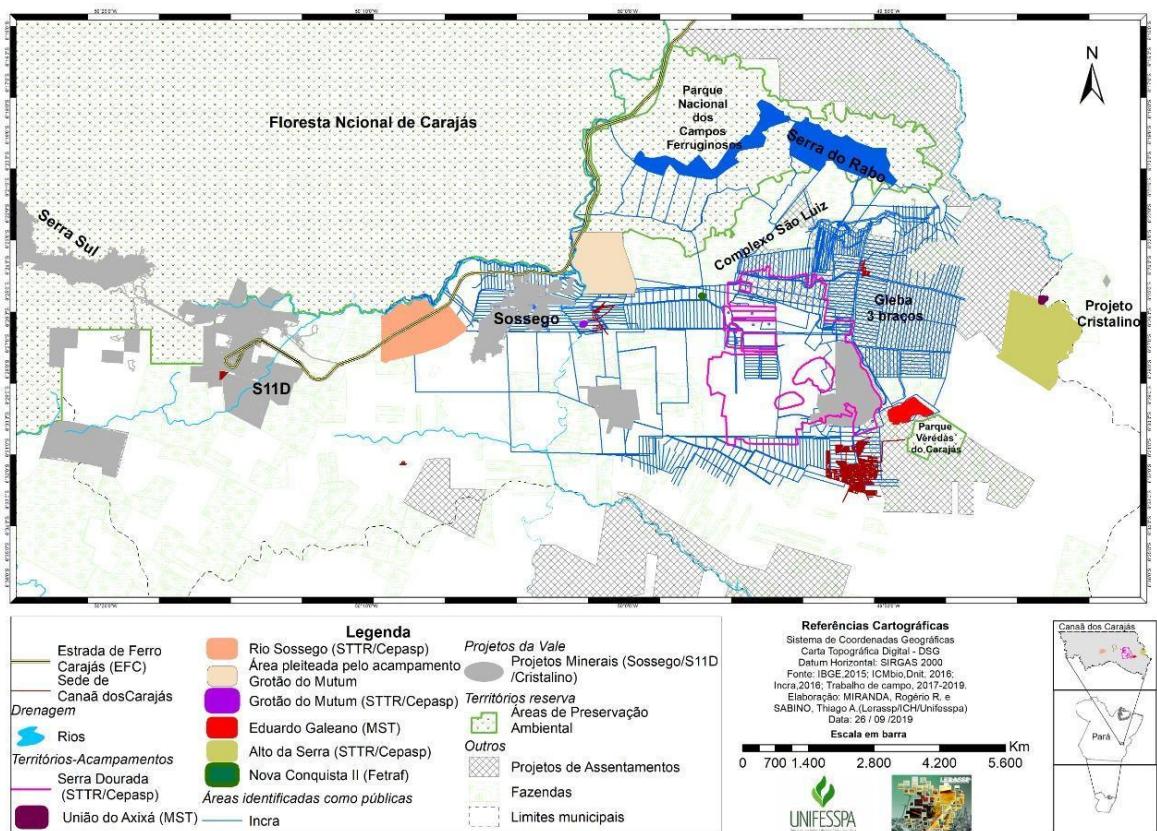
Juízes chegam ao sudeste do Pará, palco dos maiores massacres rurais do país

Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza irá percorrer o chamado Corredor Carajás, complexo mineralício-pecuário conhecido pelos altos índices de desmatamento, trabalho escravo, grilagem e perseguição aos povos em luta pela terra e pela floresta.

Para entender a dinâmica territorial de uma das áreas mais violentas e degradadas da Amazônia e do país - a região de Carajás, no sudeste do Pará, os juízes do Tribunal Internacional dos Direitos da Terra irão percorrer diversas localidades do chamado Corredor Carajás, palco dos maiores massacres rurais do país. Em 2017, foram assassinados dez trabalhadores e trabalhadoras em Pau D'Arco. Já em Eldorado dos Carajás, em 1996, foram assassinados 19 trabalhadores rurais sem-terra.

Os juízes visitarão diversas localidades, que, ao longo do percurso entre Marabá e Canaã dos Carajás, compõem um complexo mosaico composto por enormes áreas de mineração e criação de gado, frigoríficos e grãos em larga escala, além de uma ferrovia para transportar os torsos de ferro e minerais que dividem as comunidades e nunca param. Nesta rolagem, a grilagem de terras, desmatamento e concentração fundiária é desenfreada. Em contrapartida, movimentos de resistência camponesa e indígena se opõem a este modelo de desenvolvimento, ocupando territórios para defender suas próprias vidas e as florestas.

O Corredor Carajás liga a mina da Vale, no Pará, maior mina de ferro em céu aberto do mundo, ao Porto de São Luís, no Maranhão, por uma estrada férrea que corta feito navalha quilombos, assentamentos e comunidades tradicionais. Neste percurso, ocorre, há quatro décadas, as mais graves violações aos direitos dos povos do campo e da floresta no país.



Profusão de projetos minerários e as diversas ocupações camponesas, em conflito permanente com os empreendimentos. Mapa: Rogério Rego Miranda/UNIFESSPA

Os mais de 300 vagões das locomotivas da Vale formam o maior trem de carga do mundo, com 4km de extensão, e transportam uma produção de 112 milhões de toneladas de minério de ferro por ano. O “trem da Vale” passa pelos territórios com a matéria-prima exposta, poluindo o ar com a poeira mineral, atropelando animais e pessoas, que não contam com passageiros suficientes para atravessar os trilhos. Geram, ainda, transtornos auditivos e degradação ambiental, o que já inviabilizou a permanência de comunidades inteiras, reassentadas em função dos empreendimentos da Vale.

RELATÓRIO E VEREDICTO

A delegação do Tribunal é composta por Blanca Chancosa, indígena Otavalo (Equador); Cormac Cullinan, advogado ambientalista (África do Sul); além de Maiá Paiakan, indígena Kayapó, Ailton Krenak, Provedor de Justiça para os povos indígenas, e Ana Carolina Alfinito, consultora jurídica (Brasil). O juiz Tom Goldtooth, indígena Diné e Dakota (EUA), irá participar remotamente da produção do relatório. A comitiva é coordenada pelo procurador do Ministério Pùblico Federal (MPF) Felício Pontes, do Pará, que também acompanha as visitas, além de Natalia Greene (Equador), secretária do Tribunal.

Na última semana, o Tribunal visitou Altamira, onde puderam conversar com um sem número de lideranças comunitárias atingidas pela hidrelétrica Belo Monte, e pelo empreendimento minenário Belo Sun, embargado pela Justiça Federal. Os juízes também estiveram em Anapu, região violenta; desde 2015, ao menos 21 trabalhadores rurais foram mortos no contexto da luta pela terra, e a parca floresta em pé da região, protegida pelos camponeses e comunidades tradicionais, é cada vez mais menor.

Ao final da visita - organizada em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) o Movimento dos Atingidos Pela Mineração (MAM) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), entre outras entidades -, os juízes do Tribunal irão produzir um relatório a ser lançado durante o Fórum Social Pan-Amazônico, em Belém, no dia 28 de julho. Este se tornará en veredicto que será assinado por outros juízes do mundo inteiro que compõem a [Assembléia de Juízes](#) do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza.

Segundo Natalia Greene, secretária do Tribunal Internacional, o objetivo legal do veredicto é de “influenciar nas decisões judiciais e criar jurisprudências-modelo que possam ser utilizados por organismos de justiça na luta por direitos”. A entidade emitiu, em 2019, uma importante sentença sobre as violações cometidas contra populações indígenas na Amazônia boliviana, na região do Tipnis. “Recolhendo testemunhos e compreendendo o que está acontecendo, levantamos a voz dos povos, que é a voz da Natureza”, explica.

O veredicto tem inspiração em iniciativas como o Tribunal Internacional dos Crimes de Guerra, o Tribunal Permanente dos Povos e demais esforços de caráter civil, focados em controle social, denúncia, fiscalização de cumprimentos de determinações legais e apoio aos povos e comunidades.

Informações adicionais: rightsofnaturetribunal.org.

AGENDA

22-27 de julho - Marabá (PA)
28-31 de julho - Belém (PA), FOSPA

CONTATOS

- Assessoria de imprensa: Ruy Sposati (Brasil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335
- Comunicação do Tribunal Internacional dos Direitos da Natureza: Josefina Möslé (English/Spanish), communications@garn.org

Organizado por:



TRIBUNAL
INTERNATIONAL
DOS DIREITOS
DA NATUREZA

Com o apoio de:



Judges arrive in southeastern Pará, Brazil, scene of the largest rural massacres in the country

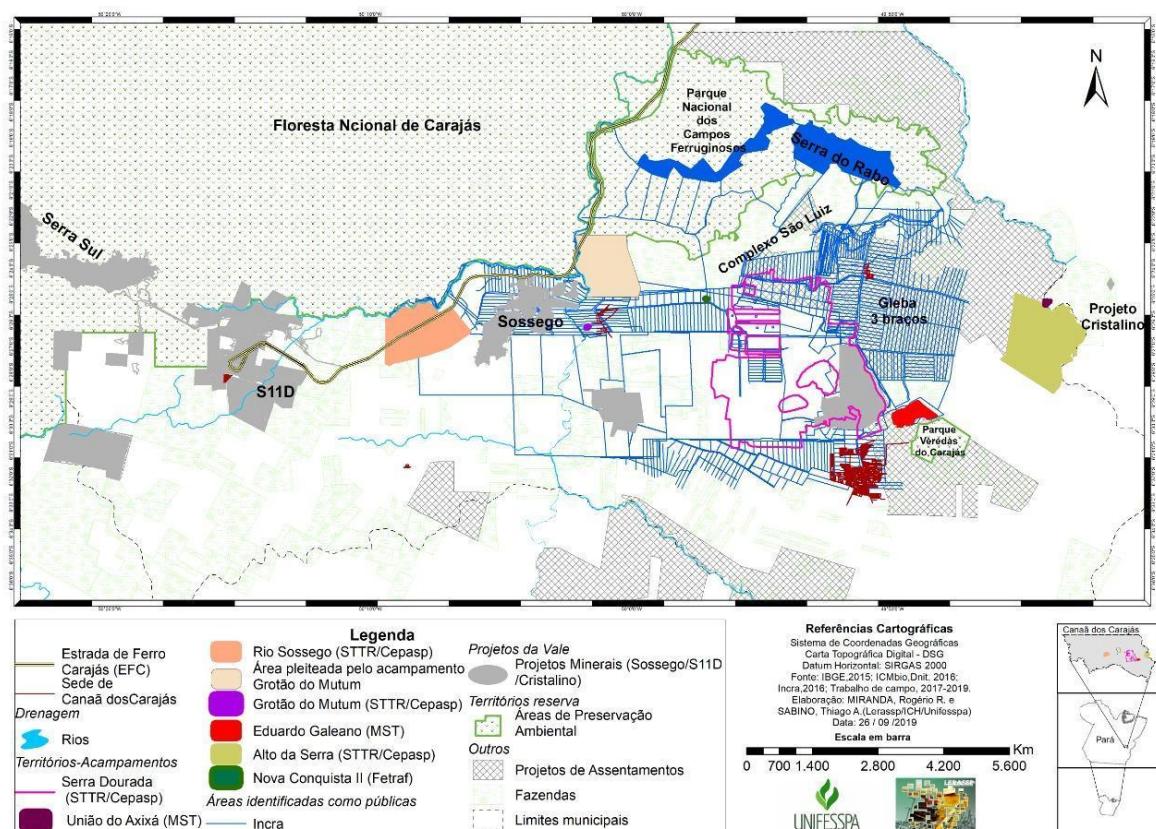
The International Rights of Nature Tribunal will tour the so-called Carajás Corridor, a mining and cattle ranching complex known for its high rates of deforestation, slave labor, land grabbing and persecution of people fighting for land and forests.

To understand the territorial dynamics of one of the most violent and degraded areas of the Amazon and the country - the Carajás region, in southeastern Pará, Brazil - the judges of the International Rights of Nature Tribunal will tour several locations in the so-called Carajás Corridor, scene of the largest rural massacres in the country. In 2017, ten workers were murdered in Pau D'Arco. In Eldorado dos Carajás, in 1996, 19 landless rural workers were murdered.

Following the route between Marabá and Canaã dos Carajás, the judges will visit several locations that make up a complex mosaic of huge areas dedicated to mining

and cattle raising, as well as large scale meat and grain processing plants and a railroad to transport the iron and mineral trunks that divide the communities and never stop - where grabbing, deforestation, and land concentration is rampant. In contrast, peasant and indigenous resistance movements oppose this development model, occupying territories to defend their own lives and forests.

The Carajás Corridor connects Vale's mine in Pará - the largest open-pit iron ore mine in the world - to the Port of São Luís, in Maranhão through a railroad that cuts like a razor through *quilombos*, settlements and traditional communities. Along this route, the country's most serious violations of the rights of rural and forest peoples have been taking place for four decades.



The profusion of mining projects and the various peasant occupations, in permanent conflict with the enterprises. Map: Rogério Rego Miranda/UNIFESSPA.

More than 300 wagons of Vale's locomotives form the largest freight train in the world, with a length of 4 km, and transport a production of 112 million tons of iron ore per year. The "Vale train" runs through territories exposing the raw material, which pollutes the air, animals and people with mining dust. They also cause hearing impairment and environmental degradation, which has already made it impossible for entire communities - previously resettled as a result of Vale's projects - to remain there.

REPORT AND VERDICT

The Tribunal's delegation is composed of Blanca Chancosa, indigenous Otavalo (Ecuador); Cormac Cullinan, environmental lawyer (South Africa); as well as Maiai Paiakan, indigenous Kayapó, Ailton Krenak, ombudsman for indigenous peoples, and Ana Carolina Alfinito, legal consultant (Brazil). Judge Tom Goldtooth, an indigenous man from Diné and Dakota (USA), will participate remotely in the production of the report. The committee is coordinated by Federal Public Ministry (MPF) attorney Felício Pontes, from Pará, who is also accompanying the visits, as well as Natalia Greene (Ecuador), secretariat of the Tribunal.

Last week, the Tribunal delegation visited Altamira, where they were able to talk to a number of community leaders affected by the Belo Monte hydroelectric dam and the Belo Sun mining project, embargoed by the Federal Court. The judges were also in Anapu, a violent region; since 2015, at least 21 rural workers have been killed in the context of the land struggle, and the region's meager standing forest, protected by peasants and traditional communities, is getting smaller and smaller.

At the end of the visit - organized in partnership with the Pastoral Land Commission (CPT) the Movement of Those Affected by Mining (MAM) and the Landless Rural Workers Movement (MST), among other entities - the judges of the Tribunal will write a report to be released during the Pan-Amazon Social Forum (FOSPA) in Belém on July 28th. This will become a verdict that will be signed by other judges from around the world who make up the Judges' Assembly of the International Rights of Nature Tribunal.

According to Natalia Greene, Tribunal Secretariat, the legal purpose of the verdict is to "influence judicial decisions and create model jurisprudence that can be used by justice bodies in the fight for rights." The Tribunal issued an important verdict in 2019 on violations committed against indigenous populations in the Bolivian Amazon, in the Tipnis region. "By collecting testimonies and understanding what is happening, we raise the voice of the peoples, which is the voice of Nature," she explains.

The verdict is inspired by initiatives such as the International War Crimes Tribunal, the Permanent Peoples' Tribunal, and other civil efforts focused on social control, denunciation, enforcement, and support for peoples and communities.

More information: rightsofnaturetribunal.org.

AGENDA

July 22-27 - Marabá (PA)

July 28-31 - Belém (PA), FOSPA

CONTACT

- Press: Ruy Sposati (Brasil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335
- Communications for the International Rights of Nature Tribunal: Josefina Möslé (English/Spanish), communications@garn.org

Organized by:



INTERNATIONAL
RIGHTS OF NATURE
TRIBUNAL

With the support of:



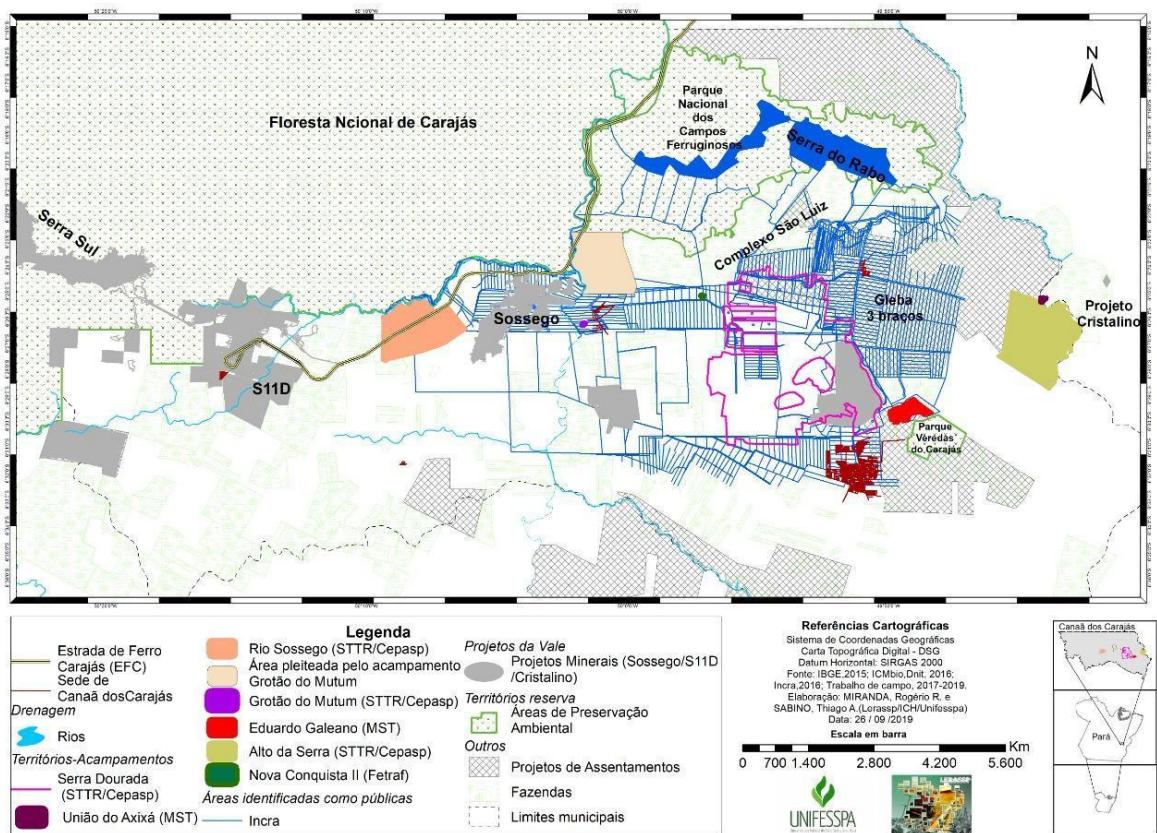
Jueces llegan al sureste de Pará, Brasil, escenario de las mayores masacres rurales del país

El Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza recorrerá el llamado Corredor de Carajás, un complejo minero y ganadero conocido por sus altos índices de deforestación, trabajo esclavo, acaparamiento de tierras y persecución de las personas que luchan por la tierra y los bosques.

Para entender la dinámica territorial de una de las zonas más violentas y degradadas de la Amazonía y del país - la región de Carajás, en el sureste de Pará, Brasil - los jueces del Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza recorrerán varias localidades del llamado Corredor de Carajás, escenario de las mayores masacres rurales del país. En 2017, diez trabajadores fueron asesinados en Pau D'Arco. En Eldorado dos Carajás, en 1996, fueron asesinados 19 trabajadores rurales sin tierra.

Siguiendo la ruta entre Marabá y Canaã dos Carajás, los jueces visitarán varias localidades que conforman un complejo mosaico de enormes áreas dedicadas a la minería y la ganadería, así como plantas de procesamiento de carne y granos a gran escala y un ferrocarril para transportar los troncos de hierro y minerales que dividen a las comunidades y nunca se detienen, donde el acaparamiento, la deforestación y la concentración de la tierra no tienen control. En cambio, los movimientos de resistencia campesina e indígena se oponen a este modelo de desarrollo, ocupando territorios para defender sus propias vidas y sus bosques.

El Corredor de Carajás conecta la mina de Vale en Pará -la mayor mina de hierro a cielo abierto del mundo- con el puerto de São Luís, en Maranhão, a través de una vía férrea que atraviesa como una cuchilla *quilombos*, asentamientos y comunidades tradicionales. A lo largo de esta ruta se producen, desde hace cuatro décadas, las más graves violaciones de los derechos de los pueblos rurales y forestales del país.



La profusión de proyectos mineros y las diversas ocupaciones campesinas, en permanente conflicto con las empresas. Mapa: Rogério Rego Miranda/UNIFESSPA.

Más de 300 vagones de locomotoras de Vale forman el mayor tren de mercancías del mundo, con una longitud de 4 km, y transportan una producción de 112 millones de toneladas de mineral de hierro al año. El "tren de Vale" recorre territorios expuestos a la materia prima, que contamina el aire, los animales y las personas con el polvo minero. También provoca daños en la audición y la degradación del medio ambiente, lo que ya ha imposibilitado la permanencia de comunidades enteras, previamente reasentadas a raíz de los proyectos de Vale.

INFORME Y VEREDICTO

La delegación del Tribunal está compuesta por Blanca Chancosa, indígena otavaleña (Ecuador); Cormac Cullinan, abogado ambientalista (Sudáfrica); así como por Maial Paiakan, indígena kayapó, Ailton Krenak, defensor de los pueblos indígenas, y Ana Carolina Alfinito, consultora jurídica (Brasil). El juez Tom Goldtooth, indígena diné y dakota (EEUU), participará a distancia en la elaboración del informe. La comisión es coordinada por el abogado del Ministerio Público Federal (MPF) Felício Pontes, de Pará, que también acompaña las visitas, así como por Natalia Greene (Ecuador), secretaria del Tribunal.

La semana pasada, la delegación del Tribunal visitó Altamira, donde pudo conversar con varios líderes comunitarios afectados por la represa hidroeléctrica Belo Monte y el proyecto minero Belo Sun, embargado por el Tribunal Federal. Los jueces también estuvieron en Anapu, una región violenta; desde 2015, al menos 21 trabajadores rurales han sido asesinados en el marco de la lucha por la tierra, y el escaso bosque en pie de la región, protegido por campesinos y comunidades tradicionales, es cada vez más pequeño.

Al final de la visita -organizada en colaboración con la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT), el Movimiento de Afectados por la Minería (MAM) y el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), entre otras entidades- los jueces del Tribunal redactarán un informe que se dará a conocer durante el Foro Social Panamazónico (FOSPA) en Belém el 28 de julio. Este se convertirá en un veredicto que será firmado por otros jueces de todo el mundo que componen la Asamblea de Jueces del Tribunal Internacional de los Derechos de la Naturaleza.

Según Natalia Greene, secretaria del Tribunal, el objetivo legal del veredicto es "influir en las decisiones judiciales y crear una jurisprudencia modelo que pueda ser utilizada por los órganos de justicia en la lucha por los derechos". El Tribunal emitió un importante veredicto en 2019 sobre las violaciones cometidas contra las poblaciones indígenas en la Amazonía boliviana, en la región del Tipnis. "Recogiendo testimonios y entendiendo lo que está pasando, logramos elevar la voz de los pueblos, que es la voz de la Naturaleza", explica.

El veredicto se inspira en iniciativas como el Tribunal Internacional de Crímenes de Guerra, el Tribunal Permanente de los Pueblos y otros esfuerzos civiles centrados en el control social, la denuncia, la aplicación y el apoyo a los pueblos y comunidades.

Más información: rightsofnaturetribunal.org.

AGENDA

22-27 de julio - Marabá (PA)

28-31 de julio - Belém (PA), FOSPA

CONTACTO:

- Prensa: Ruy Sposati (Brasil), ruysposati@gmail.com, +55 (11) 97531-6335
- Comunicación del Tribunal de los Derechos de la Naturaleza: Josefina Möslé (inglés y español), communications@garn.org

Organizado por:



TRIBUNAL
INTERNACIONAL
DE LOS DERECHOS
DE LA NATURALEZA

Con el apoyo de:

